

Brasil com a licença maternidade e de amamentação. Tais direitos, no entanto, são utilizados pelos capitalistas para discriminar a mulher-mãe, não a contratando etc.

Não se pode desvincular a crescente violência contra as mulheres da barbárie social. Não se trata de simples prepotência do homem e de um crime específico, que como tal não tem a ver com a explosiva criminalidade no capitalismo em decomposição. Posto isto, é necessário trazer à luz do dia a intensificação da violência contra as mulheres. A prostituição resiste e seus métodos gangsteris de sua exploração têm sido aperfeiçoados. Os estupros dentro e fora das famílias, bem como os assassinatos de mulheres, vêm expondo a profundidade da decomposição social.

A religião é um poderoso fator de opressão das massas em geral e das mulheres em particular. Expressa a ideologia dominante da burguesia. Com o idealismo místico, acoberta as causas materiais que resultam em miséria, fome, violências, degradação moral, etc. Sempre serviu à opressão dos homens sobre as mulheres. Não por acaso, na base de sua doutrina ideológica está a defesa da família e da submissão da mulher, o que é material.

Como se pode ver, a distinção de classe continua se expressando diante das leis. A ideia de que as mulheres são igualmente oprimidas não se sustenta. Há que se identificar as leis econômicas e sociais que oprimem as mulheres de todas as classes e as condições concretas da opressão que comparecem distintamente nas classes sociais.

No processo histórico de constituição do capitalismo no Brasil, os negros passaram de escravos na lavoura a proletários urbanos. Chegam aos nossos dias como sendo os mais explorados e oprimidos. Junto com os explorados brancos constituem a maioria nacional oprimida. A presença massiva dos negros é consequência da colonização e do modo de produção pré-capitalista, baseado no trabalho escravo.

Aí se encontra a raiz de classe da opressão racial sobre os negros. A dominação colonialista sobre a África permitiu à burguesia branca escravizar e traficar os negros. Ao transformá-los em força de trabalho escravo, a opressão sobre o negro expressou a opressão nacional e de classe.

As massas negras sofrem a opressão econômica e social. Estão submetidas aos empregos mais precarizados e suportam discriminações raciais. Pesam sobre os negros a maior taxa de desemprego e subemprego. A população negra constitui a maior parte do exército de reserva de mão de obra. Os capitalistas diferenciam seus salários em relação ao trabalhador branco. Tem menor acesso à educação e arcam com o maior índice de analfabetismo. Estão obrigados a viver em favelas, cortiços e palafitas.

A violência policial desfechada contra os pobres e miseráveis recai em maior magnitude sobre os negros e, em particular, sobre a juventude. As chacinas atingem principalmente os negros dos bairros pobres. Não por acaso, a população carcerária é de maioria negra e jovem.

A polícia e a Justiça, além de criminalizar a pobreza dos negros, os execram publicamente criando a imagem do negro como marginal. É evidente o racismo destilado pelas instituições do Estado, auxiliadas pelos meios de comunicação. Utilizam-se os acontecimentos trágicos envolvendo a juventude que adentra à marginalidade para reforçar permanentemente a ideologia de que o negro tem tendência ao crime.

A discriminação aos homossexuais é um fenômeno social

que aparece como sendo puramente sexual e comportamental. Mas, se se buscar a fonte da rejeição que considera o “homossexualismo” como anormalidade, se encontrará a família individual, unidade econômica do capitalismo, e a Igreja, aparato ideológico da classe dominante. Não por acaso, a Igreja condena a homossexualidade em nome da preservação da família.

O obscurantismo religioso e a propaganda reacionária de setores da burguesia contra os homossexuais acabam se convertendo em ódio e este em violência física. É preciso integrar toda mobilização democrática que busque denunciar, chocar e desarmar os bandos neofascistas que atacam aos homossexuais em cumplicidade com a polícia e a justiça, vinculando-a ao combate à discriminação e à violência.

O capitalismo em decomposição já não permite reformas progressivas. Pelo contrário, a crise estrutural obriga a burguesia a golpear mais fundo as massas. Qualquer ilusão a esse respeito serve à manutenção do capitalismo. Da premissa de que já não é possível reformas, não se pode concluir que não se deva lutar por elas. A defesa da vida das massas sob o capitalismo diz respeito a conquistas que devem ser impostas à burguesia e ao seu Estado pela luta de classes.

A tarefa a cumprir consiste em estabelecer a relação entre todas as formas particulares de opressão, demonstrar seu conteúdo de classe e unificar os oprimidos sob o programa revolucionário. É necessário que os sindicatos assumam o programa de reivindicações dos negros, das mulheres e homossexuais como parte do programa de reivindicações de toda classe operária. É preciso ter claro que somente por meio da luta de classes se imporão as reivindicações. A resposta parte das reivindicações específicas de proteção e de combate às discriminações, fazendo a ponte com a luta pelo socialismo.

Plataforma de reivindicações contra as opressões:

- *Trabalho a todas as mulheres, negros e homossexuais. Aplicação da escala móvel das horas de trabalho. Fim do trabalho informal. Fim da terceirização e efetivação de todos;*
- *Trabalho igual, salário igual;*
- *Salário mínimo vital, que cubra as necessidades da família;*
- *Fim de todas as leis discricionárias;*
- *Que se elimine toda a discriminação social da mulher. Igualdade entre homens e mulheres;*
- *Que se reconheça a função social da maternidade. Proteção à mulher-mãe e à infância. Implantação de leis trabalhistas que protejam sua saúde e as funções naturais da maternidade. Constituição de uma rede de proteção à mulher, que garanta medidas práticas, como creches, lavanderias e refeitórios públicos etc.;*
- *Que se garanta o direito ao aborto. Fim das leis repressivas. Que o Estado se responsabilize pela saúde da mulher;*
- *Que se elimine toda a discriminação sobre os negros. Total igualdade entre negros e brancos;*
- *Fim da violência estatal, policial, contra os negros;*
- *Apoio às reivindicações democráticas que se contrapõem à discriminação aos homossexuais;*
- *Responsabilização do Estado pelo ódio obscurantista aos homossexuais e pela violência sofrida. Direito de livre manifestação do amor homossexual.*



26 de junho de 2017

Combater as medidas reacionárias do prefeito Dória com o método da ação direta.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- A crise da Educação é resultado da crise estrutural do sistema capitalista.
- Em defesa da democracia operária e da independência de classe!
- Em defesa da democracia operária e da independência de classe!
- Não há opressão que não seja de classe

Conjuntura - Amplia e aprofunda-se a crise política: É preciso retomar a greve geral! Derrotar o plano de reformas antinacional e antipopular! Abaixo o governo burguês, golpista e corrupto de Temer!

Agrava-se a crise mundial do capitalismo. As potências impõem maior submissão às nações mais atrasadas. O intervencionismo militar esfacela países inteiros. A fome e a miséria se alastram. Milhares e milhares de imigrantes fogem das guerras e da miséria, buscando refúgio nos países europeus. Por onde andam, ficam expostos a toda sorte de discriminação e repressão. A barbárie social cresce assustadoramente por toda parte. A diretriz da burguesia para a desagregação do capitalismo é a de impor maior sacrifício aos explorados. Para a maioria oprimida, a única resposta é o enfrentamento, o acirramento da luta de classes. A sua luta tem como estratégia o combate ao sistema de exploração do trabalho e a defesa da sociedade socialista, que só poderá ser implantada pela via da revolução proletária.

- *Rechaçar a estratégia do imperialismo de superar sua crise sobre a base das demissões, eliminação de direitos trabalhistas e aumento da superexploração do trabalho.*
- *Rejeitar o intervencionismo econômico, político e militar sobre as nações semicoloniais.*
- *Defender a autodeterminação dos povos oprimidos.*
- *Em defesa da revolução e do socialismo!*

No Brasil, com o aprofundamento da crise econômica, intensificou-se a crise política. As forças orgânicas da burguesia, sob a proteção do imperialismo, depuseram Dilma Rousseff por meio de um golpe institucional. Instalou-se o governo golpista de Temer com a tarefa de impor as reformas antinacionais e antipopulares. Atolado na corrupção, mas amparado pelas forças golpistas, Temer vinha aprovando as medidas reacionárias contra a economia nacional e contra os explorados, como a desnacionalização da terra, a Lei da terceirização, a PEC do Teto dos Gastos, a privatização do petróleo e demais setores chaves, bem como a reforma do ensino médio.

Logo após a denúncia da JBS envolvendo Temer, os agentes da burguesia armaram a linha de separar o governo das reformas. No entanto, já há vozes dentre os golpistas que admitem a queda

de Temer e até a convocação de eleições. O fundamental, porém, é que a oposição burguesa, representada pelo PT, está à procura de sua recomposição após o impeachment, e se coloca a serviço de um setor da burguesia que considera necessário legitimar um governo pelas eleições. De forma que a estratégia de “diretas já” serve aos interesses da burguesia e que, por isso, subordina a luta contra as reformas à constituição de um novo governo.

É o momento dos explorados aproveitarem a desagregação do governo, a confusão e a divisão na base parlamentar das forças golpistas. É preciso erguer um movimento massivo de combate às reformas. Qualquer que seja o desvio dessa tendência geral servirá aos objetivos da burguesia de descarregar a crise capitalista sobre a maioria oprimida. A linha traçada pelos partidos governistas somente poderá ser espatifada se a classe operária retomar a greve geral e as grandes manifestações. Ao contrário de semear ilusões em alternativas eleitorais para substituir o golpista, os trabalhadores devem defender as reivindicações que unificam a maioria oprimida e que se chocam com o sistema de exploração do trabalho, seu governo e partidos. Devem se orientar pela estratégia do governo operário e camponês, resultado da revolução social.

- *Abaixo o governo burguês, golpista e corrupto de Temer.*
- *Por um governo operário e camponês.*
- *Derrubar as reformas antinacionais e antipopulares com os métodos próprios dos explorados.*
- *Constituir a frente única sindical, baseada nas assembleias e nos comitês de base, para pôr abaixo as reformas da previdência, trabalhista, do ensino médio e a Lei da Terceirização.*
- *Toda força à greve geral do dia 30 de junho! Por uma greve geral por tempo indeterminado.*

No município, a última eleição para prefeito e vereadores expressou a situação política nacional, ou seja, a retirada do PT do governo federal através do impeachment. Além disso,

demonstrou o fracasso da política de conciliação de classes praticada pelo PT e pela CUT. O Haddad foi esmagado em SP, assim como ocorreu com o PT em outras regiões do país, permitindo o crescimento dos partidos burgueses ligados ao golpe contra Dilma. João Dória (PSDB) tem feito, desde então, um governo de ataque aos trabalhadores e à juventude. Cumpre fielmente os ditames de Temer e Alckmin, aprofundando a política privatista, de retirada de direitos e de arrocho salarial que vinha sendo aplicada por Haddad (PT). Já teve de enfrentar a

Educacional

A crise da Educação é resultado da crise estrutural do sistema capitalista

O contexto atual é de profundos ataques à vida das massas, fruto da crise estrutural do sistema capitalista. Diante deste quadro, os governos deixam claro que não haverá investimentos para a Educação. A PEC 55 (do teto dos gastos públicos) congela investimentos em Educação por 20 anos.

O prefeito João Dória/PSDB segue essa diretriz e realiza os cortes também. Faz avançar o processo de privatização e terceirização da Educação Infantil, por meio de convênios e parcerias público-privadas. Em todos os cantos da cidade, faltam vagas para esta modalidade de ensino. Não há investimentos na construção de CEIs (e quando há, são entregues à gestão privada). Superlotam as EMEIs e impõem as salas mistas.

E a situação ainda piora neste início de ano. As escolas amargam com a falta de professores, quadro de apoio, materiais básicos. As direções das unidades e supervisores pressionam, dificultando as faltas abonadas, alegando falta de pessoal. Despejam todo peso do abandono nas costas dos professores que estão em sala, aumentando os casos de professores que adoecem ou tiram licenças. Os contratados estão sob a grave ameaça do desemprego.

A decadência da Educação e a precarização das condições de ensino são consequências da decomposição do capitalismo. Conforme se agrava a crise econômica, os governos se veem na contingência de impor reformas que desobrigam o Estado com o financiamento da Educação. Não há como transformar a Educação pública em favor dos explorados nos marcos do regime capitalista e de suas instituições. Ao contrário, na medida em que se aprofunda a crise do sistema, as limitadas conquistas são arrancadas.

A Educação manejada pela burguesia a partir do Estado e da propriedade privada é cada vez mais decorativa, repetitiva, segmentada, divorciada da prática e da própria vida. A juventude não tem como desenvolver suas capacidades físico-mentais, pois se acha submetida ao desemprego ou a jornadas esta-

importante greve dos trabalhadores da Educação municipal. Ataca covardemente os miseráveis da região central, conhecida como cracolândia, expressando a linha de favorecimento da especulação imobiliária. Certamente, seu governo terá ainda de se chocar muitas vezes com o movimento dos explorados. A estes, não resta alternativa, a não ser organizar a resistência coletiva organizada em favor de suas reivindicações.

- Combater as medidas reacionárias do prefeito Dória com o método da ação direta.*

fantes, à miséria, à falta de lazer. As medidas governamentais só aprofundam essa situação, afastando o jovem trabalhador da escola, reduzindo o espectro de disciplinas e fragmentando ainda mais a Educação, como apontam algumas das medidas da Reforma do Ensino Médio.

A luta contra as reformas governamentais exige a consequente defesa de reivindicações que protejam a juventude: emprego a todos os jovens com jornada de 4 horas; 4 horas na escola e o restante para o estudo e lazer. Isso permite defender as reivindicações dos professores como parte da defesa geral da Educação e da juventude oprimida.

Não há possibilidade de uma “Educação de qualidade” sem que se coloque por derrotar o sistema de exploração do trabalho e seu Estado. Está aí por que a luta pelas reivindicações de defesa da Educação gratuita se choca com o governo. E é por meio dessa luta que imporemos, com nossos métodos, um único sistema de ensino, gratuito, laico e voltado à produção social.

Nesse momento, centralizamos nossas forças no combate à Reforma do Ensino Médio e demais medidas de retirada dos direitos; na luta contra o fechamento de salas de aula, contra a precarização das condições de ensino. E levantamos as reivindicações de 25 alunos por sala de aula, fim dos contratos precários de trabalho, fim da terceirização nas escolas, reajuste imediato dos salários e fim de todas as medidas que penalizam os professores. É por meio dessa luta que unificaremos com os demais explorados e estudantes.

- Rechaço integral aos planos governamentais, às avaliações institucionais e aos baixos recursos à Educação;*
- Fim do sistema privado de Educação e defesa de um sistema único de ensino, gratuito, laico e voltado à produção social, sob controle de quem estuda e trabalha;*
- Em defesa do emprego dos professores contratados! Efetivação de todos os trabalhadores terceirizados;*
- Pelo fim da privatização na Educação Infantil.*

Sindical

Em defesa da democracia operária e da independência de classe!

O funcionalismo público e os trabalhadores em geral estão sob profundo ataque dos governos e da burguesia. São cortes nos recursos da saúde, educação e moradia, reformas da previdência, trabalhista e a terceirização. As direções sindicais

e em especial, a diretoria do SINPEEM, que deveriam estar organizando os trabalhadores contra estes ataques, buscam o caminho da conciliação de classes. A política de conciliação, bem como a estatização e a burocratização dos sindicatos, são

poderosos obstáculos na trajetória de luta dos trabalhadores em favor das suas reivindicações.

Um exemplo desta situação é o presidente do SINPEEM ter sido eleito vereador apoiando o então candidato João Dória (PSDB). Este, durante sua campanha, já havia deixado clara a sua intenção em privatizar e terceirizar serviços e setores chaves da administração pública (educação, saúde e segurança), como tem sido feito no governo do estado de São Paulo há mais de 20 anos. Durante a mobilização dos trabalhadores da Educação neste começo de ano, ficou evidente a tentativa da burocracia sindical, com Cláudio Fonseca à frente, de blindar o prefeito, a exemplo do ocorrido na assembleia do dia 8 de março, chamada para um local inócuo, distante do local tradicional da categoria, que é o Viaduto do Chá.

A greve foi encerrada com uma proposta extremamente rebaixada, defendida pela direção do SINPEEM. Havia sido impulsionada pela mobilização nacional contra as reformas do governo golpista de Temer/PMDB. Na medida em que as centrais sindicais optaram, equivocadamente, por um calendário condicionado pelas disputas no Congresso Nacional, o movimento no município se viu diante de um obstáculo. Era final de março, a próxima greve geral havia sido marcada somente para 28 de abril. Tratava-se, então, de manter a greve, combinando a defesa dos empregos, salários e condições de trabalho com a continuidade da luta contra as reformas. Com a greve de pé, seria possível trabalhar pelo levante do restante do funcionalismo e outros setores. E assim pressionar pela mudança de rumo das centrais.

Com a suspensão da greve no município, essa potencialidade foi perdida. A participação da categoria nas manifestações do dia 28 de abril foi bem menor que as primeiras assembleias. Além disso, conduziu a uma campanha salarial mais fraca, a tal ponto de permitir ao governo Dória oferecer um acordo rebaixado. O prefeito acabou recebendo a “não rejeição” como resposta por parte da categoria, que seguiu a proposta de aceitação feita pela direção. Agora, enfraqueceu-se a luta nacional. A capacidade do SINPEEM interferir no movimento geral diminuiu. O risco da aprovação do Sampaprev ainda paira no ar.

Opressões

Não há opressão que não seja de classe

O capitalismo em decomposição potencia a barbárie social. De crise em crise, volta-se violentamente contra a vida dos explorados, intensificando as manifestações particulares da opressão de classe sobre negros, imigrantes, mulheres e homossexuais.

Os progressos conquistados em mais de um século no capitalismo em grande medida foram de igualdade jurídica. Não em todo o mundo, mas principalmente nos países de capitalismo adiantado. Dizem respeito a direitos políticos, a educação, a exercício de profissões, a determinados direitos familiares, obtenção de medidas trabalhistas etc.

Nada disso, no entanto, alterou as relações de opressão sobre as mulheres. Não é possível no capitalismo suprimir a dupla jornada de trabalho, que sacrifica as massas femininas, e aplicar o princípio de trabalho igual, salário igual. Esse fato expressa a divisão social do trabalho, que originariamente submeteu as mulheres ao trabalho doméstico privado e permitiu aos homens se tornarem senhores dos meios de produção e

Inúmeras reivindicações relacionadas ao cotidiano nas escolas seguem sem resposta.

Outro obstáculo no caminho dos trabalhadores é a divisão em 13 centrais sindicais (certificadas pelo governo). Esta fragmentação é parte do processo de burocratização e estatização dos sindicatos. Trata-se de um fenômeno mais profundo, haja vista a divisão em vários sindicatos no interior de um mesmo setor (na educação municipal, por exemplo, há a Aprofem e outros, além do SINPEEM). Expressa a política aparelhista que as burocracias utilizam para manter seus “feudos” sob controle, o que contribui cada vez mais para desmobilizar os trabalhadores e gerar um clima de desconfiança em suas entidades.

A Unidade da Oposição no SINPEEM rejeita esta política e métodos burocráticos e traidores, que há muito infestam nosso sindicato, sobre o controle da Corrente Compromisso e Luta, encabeçada por Claudio Fonseca/PPS. Para que os trabalhadores possam confiar em suas próprias forças, é necessário que encontrem uma organização sindical sem os atuais vícios burocráticos.

Para combater esse obstáculo, é preciso defender consequentemente a democracia sindical em todas as instâncias do sindicato. O que implica a consolidação de uma oposição forte, classista, independente e baseada inteiramente no princípio da democracia operária. Combater o aparelhamento da entidade. E impulsionar o direito de livre expressão e a mais ampla organização dos trabalhadores a partir da base.

- Contra a política de conciliação de classes, em defesa dos métodos da ação direta, próprios dos trabalhadores;*
- Pela independência de classe;*
- Pela democracia operária,*
- Pela defesa da unidade sindical e a constituição de uma única central, classista, democrática e operária;*
- Pela revogabilidade de mandato da direção do sindicato, contra o autoritarismo das direções;*
- Pela abertura de subsedes para fortalecer a luta nas regiões;*
- Defesa de uma campanha nacional contra as legislações antigreve e antiterrorista.*